



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais

O RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO E OS BENEFICIÁRIOS CIGANOS: O CASO DO CONCELHO DE FARO

SANTOS, Sofia Aurora Rebelo

Mestranda em Educação Social,

Escola Superior de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve,

sofiaurora@hotmail.com

MARQUES, João Filipe Marques

Doutor em Sociologia

Centro de Estudos sobre o Espaço e as Organizações (CIEO) e Faculdade de Economia da
Universidade do Algarve,

jfmarq@ualg.pt

Resumo

As sociedades modernas fundam-se nos valores da igualdade, nomeadamente nos princípios da igualdade de oportunidades, sendo que é assim que se constrói a cidadania. Simplesmente, essa igualdade de oportunidades parece ainda não ter sido totalmente alcançada, pois continuam a existir grupos vulneráveis à pobreza e à exclusão e essas situações tendem a reproduzir-se socialmente junto das mesmas categorias de indivíduos. A forma mais comum de descrever a pobreza consiste em avaliar as condições materiais de cada indivíduo e como vive o seu dia-a-dia, para alcançar as necessidades básicas: a alimentação, o vestuário, as condições de higiene e habitacionais, ter acesso à educação e à saúde, entre outros. A exclusão social, surge como um processo relacional que afasta o indivíduo da sociedade, e pode ser provocada pelas desigualdades associadas às causas da pobreza e pela dependência do assistencialismo do Estado. Por sua vez, as políticas públicas não têm sido capazes de combater a pobreza e a exclusão, nem prever o seu aparecimento.

Abstract

Modern societies are founded on the values of equality, namely the principles of equal opportunity and that is how you build citizenship. Simply, this seems to equal opportunities has not yet been fully achieved because there are still vulnerable to poverty and exclusion and these situations tend to reproduce themselves socially from the same categories of individuals. The most common way to describe poverty is to assess the material conditions of each individual and how you live your day to day, to meet basic needs: food, clothing, hygiene and housing, access to education and health, among others. Social exclusion emerges as a relational process that removes the individual from society, and can be caused by inequalities associated with the causes of poverty and dependence on the welfare state. In turn, public policies have not been able to fight poverty and exclusion, nor predict its onset. The relevance of the study relates to the difficulties in equal opportunities for groups vulnerable to poverty and social exclusion. The fact that the Social Integration Income (SII) is recognized as a subsidy that has more emphasis on the grant on the *Ciganos*, as well as the lack of citizenship in the gipsy group the investigation becomes a challenge to deal with a topic already stereotyped.

Palavras-chave: Pobreza; Exclusão Social; Rendimento Social de Inserção; Ciganos.

Keywords: Poverty; Social Exclusion; Social Integration Income; *Ciganos*.

PAP0878

O Rendimento Social de Inserção e os Beneficiários Ciganos: O Caso do Concelho de Faro

Sofia Aurora Rebelo Santos

João Filipe Marques

1. Introdução

As sociedades modernas fundam-se nos valores da igualdade, nomeadamente nos princípios da igualdade de oportunidades, sendo que é assim que se constrói a cidadania. Mas mesmo nas sociedades desenvolvidas, a igualdade de oportunidades parece não ter sido ainda totalmente alcançada, pois continuam a existir grupos vulneráveis à pobreza e à exclusão e essas situações tendem a reproduzir-se socialmente.

A forma mais comum de descrever a pobreza consiste em assumir que se trata de uma situação de carência que afeta as condições materiais que permitem aos indivíduos a satisfação das necessidades básicas: a alimentação, o vestuário, as condições de higiene e habitacionais, o acesso à educação e à saúde, entre outros. A exclusão social, por seu turno, consiste num processo de afastamento entre o indivíduo e a sociedade envolvente e pode ser provocada pelas desigualdades associadas às causas da pobreza.

Em Portugal, as políticas públicas parecem não ter sido capazes de combater a pobreza e a exclusão, nem de prever o seu aparecimento. A pertinência do estudo que aqui se apresenta prende-se com a vulnerabilidade específica dos ciganos portugueses relativamente à pobreza e à exclusão social. As questões de partida da investigação que esteve na origem desta comunicação foram as seguintes:

- Como vivem os ciganos o facto de serem beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)?
- Quais são as perceções desta coletividade relativamente a este tipo de prestação?
- Como lidam com o estereótipo da maioria, segundo o qual este grupo viveria exclusivamente das prestações do Estado-providência?
- Qual a sua perceção relativamente aos direitos e deveres de solidariedade?
- Como é que os técnicos responsáveis pela atribuição do RSI percecionam o combate à pobreza que é vivida pelos ciganos, através da atribuição deste subsídio.

2. Metodologia

A investigação conducente a esta comunicação foi realizada no «bairro da Horta da Areia» e no «bairro da Av. Cidade Hayward», ambos na cidade de Faro. A metodologia utilizada é assumidamente de cariz qualitativo e consistiu numa aproximação aos beneficiários ciganos do RSI habitantes destes territórios, bem como no contato com vários técnicos que trabalham direta e indiretamente com estas famílias. Por um lado, o método etnográfico permitiu desenvolver um contato regular com o terreno, o que possibilitou observar e vivenciar as dinâmicas de apropriação do RSI por parte das populações em estudo. Por outro lado, a recolha de informação também se baseou na realização de entrevistas semi-diretivas e conversas de cariz mais formal com os atores sociais ciganos e com os técnicos da Segurança Social.

As entrevistas com os técnicos tinham como objetivo inicial conhecer e compreender as perceções dos técnicos relativamente ao modo como o RSI é vivido pelos beneficiários ciganos. Embora alguns técnicos tenham resistido a responder, outros proporcionaram interessantes momentos de partilha de informação e experiência. Relativamente aos beneficiários ciganos, inicialmente foram realizadas entrevistas semi-diretivas «formais», mas a experiência não foi inteiramente bem sucedida, provavelmente por causa da presença do gravador que, de certo modo, intimidou os entrevistados. Posteriormente, alterou-se a técnica de recolha de informação para conversas e entrevistas mais «informais», o que acabou por tornar mais fácil a obtenção de informação. O RSI é um tema que está presente, por várias razões, nas conversas diárias entre

ciganos e não ciganos, o que facilitou obtenção da informação. Todavia, embora se fale facilmente sobre o RSI muitas ideias dos atores sociais acerca desta prestação são superficiais e desorganizadas.

3. O «Rendimento Mínimo Garantido» (RMG) e o «Rendimento Social de Inserção» (RSI) como mecanismos de combate à pobreza e à exclusão

As políticas que se baseiam na atribuição de um subsídio do tipo «rendimento mínimo» consistem num conjunto de medidas de intervenção para com os grupos mais vulneráveis que procuram combater a dimensão económica da exclusão, baseando-se igualmente no direito ao trabalho, no princípio da igualdade de oportunidades e na universalidade no acesso às políticas sociais. Estas políticas procuram atuar de modo a impedir acomodação e a dependência desse mesmo subsídio (Rodrigues, 2010:95). É um direito que garante a todos os cidadãos um nível mínimo de recursos económicos e o direito/dever de inserção social e profissional, no sentido da promoção da coesão social.

Este tipo de subsídio foi, em Portugal, inicialmente designado por Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e foi criado em 1996 com a finalidade combater a pobreza e a exclusão social através da combinação de políticas de redistribuição do rendimento com políticas de inserção ativa. O RMG consistia na atribuição de um valor mensal às famílias e aos indivíduos que estivessem em situação de desemprego ou a viver graves situações de carência económica e tinha como objetivo principal a satisfação das necessidades básicas dessas pessoas.

Em 2003, ocorreu uma alteração das políticas sociais em Portugal, passando o RMG a designar-se por «Rendimento Social de Inserção» (RSI). Este subsídio pretende a promoção da inserção social dos seus beneficiários através do apoio financeiro, aliado à responsabilidade de cumprir um plano de inserção que é negociado entre os beneficiários e os técnicos de acompanhamento. Esta prestação implica que a sociedade civil também assuma responsabilidades na implementação dos programas de inserção dos beneficiários.

A ideia inicial do Rendimento Mínimo Garantido era apoiar todas as famílias carenciadas e atribuir prestações a quem reunia as condições para tal. Atualmente, para usufruir do RSI, o requerente não pode ter rendimentos mensais superiores a 189,52€, tendo a prestação a duração de 1 ano (Instituto da Segurança Social, 2010).

3.1. A relação entre o RSI e os ciganos

Os ciganos são, segundo diversos estudos, o grupo étnico mais estigmatizado e segregado no país (Marques, 2007, Bastos, 2007). É, por isso, necessário discutir e analisar a relação entre o RSI e os ciganos de modo a desmistificar os preconceitos e os estereótipos que têm vindo a ser construídos e reproduzidos em torno deste assunto. Hoje em dia, na sociedade portuguesa, em diversos contextos do quotidiano, os ciganos são acusados de viverem exclusivamente do Rendimento Social de Inserção e de não se esforçarem para trabalhar nem para se inserirem na sociedade. Segundo esta visão do senso comum seriam os membros desta minoria étnica que tirariam “os maiores proveitos da sua aplicação” (Branco, 2003:119).

Em Portugal, as políticas sociais, e principalmente o RSI ao assegurar um rendimento mensal às famílias mais pobres, têm sido muito importantes para os ciganos. Os motivos para muitas famílias ciganas recorrerem ao RSI deve-se às dramáticas situações de pobreza, de falta de trabalho ou de doença grave que muitas delas, infelizmente, ainda vivem.

Pode-se afirmar que a relação dos ciganos com o RSI é um processo que evolui gradualmente. As expectativas iniciais dos indivíduos em relação ao RSI são positivas no que corresponde à melhoria nas condições económicas das famílias, o que lhes permite satisfazer as necessidades básicas e a aquisição de bens e equipamentos, apesar de muitos afirmarem que a prestação não é suficiente para o mês. A sua perceção em relação ao subsídio é a de que este é um direito que assiste a todos aqueles que são pobres. Paralelamente a este direito, usufruir do apoio monetário pode também ser um privilégio e uma oportunidade no sentido de realizar desejos e projetos anteriormente não concretizados. Contudo, a permanência como beneficiário do RSI durante períodos longos pode, efetivamente, levar a situações de dependência da medida e a uma acomodação que impede, no médio prazo, a autonomia dos beneficiários. É por esse facto que os

contratos de inserção preveem um conjunto de ações que obrigam os beneficiários que tenham capacidades para tal a procurar trabalho e/ou a frequentar a escola, num processo que tenta criar oportunidades de inserção no mercado laboral.

Todavia, tendo em conta as características específicas desta população e sem querermos generalizar ou entrar na polémica da “cultura cigana”, a maioria das ações de formação que estão contempladas nos contratos de inserção parece profundamente desadequada às necessidades dos ciganos (Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 2002:57). Ou seja, algumas análises têm vindo a mostrar que o RSI “não é muito eficiente na promoção da inclusão social dos beneficiários ciganos” que se tornaram dependentes da medida, devido ao desemprego (ERRC/Númena, 2007:52).

Os técnicos responsáveis pela atribuição deste subsídio, encaram com um certo conformismo a relação entre o Rendimento Social de Inserção e os beneficiários ciganos, revelando que “as famílias não têm condições para mudar”, são incapazes de transformar os seus problemas (Sousa *et al*, 2007:54). Os ciganos, por seu turno também criticam os técnicos nas suas atuações, uma vez que não se sentem correspondidos nas suas necessidades e que, por vezes, surgem conflitos (*idem*:63). Estas situações são a consequência das dificuldades de comunicação entre as partes, da ausência de negociação dos problemas, dos objetivos e das estratégias da intervenção; questões que muitas vezes resultam na assinatura de acordos que não foram discutidos e que se espera que as famílias cumpram (*idem*:57).

5. Alguns resultados preliminares do estudo

Os resultados aqui apresentados são ainda preliminares e provisórios e resultam, como já foi dito, da observação etnográfica, da realização das entrevistas e das conversas com os técnicos sociais e com alguns ciganos beneficiários do RSI do Concelho de Faro.

5.1 A perspetiva dos ciganos beneficiários de RSI

5.1.1 Perceção da prestação

Todos os ciganos entrevistados referiram que “o RSI é uma ajuda” principalmente para as necessidades básicas como, por exemplo, para comprar medicamentos e comida para os filhos. Caracterizam-se a si próprios como pobres e sem dinheiro suficiente para comprar as coisas de que gostam e afirmam nunca terem vivido de outra forma. A falta de recursos é a principal causa para as famílias requererem este subsídio social. Todos os entrevistados se queixaram que o dinheiro que recebem é pouco para as despesas da casa.

Olhe, porquê, porque ‘ê’ tinha falta. (...) ‘Ê’ ‘na’ posso trabalhar (...) sou doente.
(Sr. Reis)

Ai, já foi há tanto tempo que eu pedi, porque tinha falta, porque não havia emprego.
(Sra. Esperança)

[o RSI serve] *Para dar aos pobres, que têm falta, para dar de comer aos moços, pra queles que nã trabalham, que faz falta.* (Sra. Ivone)

Todos os entrevistados deste grupo referiram que o RSI é para ajudar os pobres. Como a maioria deles se considera pobre e tem a consciência que vai continuar a sê-lo, o Rendimento Social de Inserção é o único meio que lhes permite ter as condições de vida mínimas. Alguns ciganos admitiram que não sabem concretamente de onde vem o dinheiro do subsídio, sabem que têm de cumprir as obrigações estipuladas no Contrato de Inserção que assinam no início do processo, senão, aquele é suspenso. Existe claramente a perceção de que se trata de um contrato real em que cada uma das partes tem de «dar» alguma coisa. Por outro lado, alguns beneficiários querem ter sucesso no desenvolvimento das ações estipuladas nesse contrato, principalmente na escola, pretendem tirar partido do seu tempo e aprender algo para ganhar competências; existe um sentido de responsabilidade.

(...) se me mandarem uma carta da assistente social para ir ao fundo de desemprego eu tenho que cumprir porque é a lei de ‘vocezes’. (...) Eu não percebo bem essas

coisas mas eu acho que sim, 'proque' se a pessoa 'tá' recebendo um 'dinheiro' do Estado tem que cumprir as 'lês', tem que cumprir as 'lês' 'proque' se, ninguém dá nada sem fazer nada, agora 'pro exemplo' dão-me o 'rendimento' mínimo e eu agora 'tou' em casa feito 'dótor' e 'na' vou à escola, 'plo' menos ir à escola 'ó' tirar um 'curse', 'té' pagam 'pá' gente ir tirar um 'curse'. (Sr. Saraiva)

Então eu tenho que ir à escola senão não recebo o rendimento, tenho de ficar lá até às onze e meia da noite, então a professora tem que me ensinar e tenho que aprender alguma coisa. Não é só para ela estar ali a ganhar. Não somos parvos, vou à escola tenho que aprender. (Sra. Antónia)

5.1.2 Como lidam com o estereótipo da maioria por serem beneficiários de RSI?

A maioria dos ciganos entrevistados afirmou que já se sentiu discriminado, principalmente na procura de trabalho; quando os empregadores vêm um cigano dizem que já não precisam, ou inventam requisitos que os ciganos à partida não possuem, como, por exemplo, ter carta de condução para um emprego que não o exige.

O meu marido foi chamado (...) para a Junta de Freguesia... para ir trabalhar. O meu marido disse que aceitava e eles tiveram que lhe dizer que era para a apanha da laranja e o meu marido disse:

«- olha isso eu gosto, trabalho do campo».

«- Ah mas o senhor tem carta? [Empregador]».

E o meu marido disse: «- não, não tenho».

«- Ah então não pode» [Empregador],

« - Ah então e eles não podem vir buscar aqui a gente?» [beneficiário cigano],

« -Ah não que é muito longe» [Empregador] (...).

Não arranjam porque não tinha transporte, não tinha carta. (Sra. Esperança).

Para além deste tipo de discriminação laboral, os ciganos também vivenciam outras experiências negativas na relação com a maioria. A ausência de conhecimento recíproco provoca situações desagradáveis. Os próprios atores sociais têm consciência de que o facto de receberem o RSI produz uma imagem negativa no resto da sociedade.

Quando vou buscar o cheque, fica logo toda a gente a olhar e a dizer: «lá vai ela buscar o dinheiro que eu ando a trabalhar para ela não fazer nada»; eu não gosto nada de ouvir isto. Eu quero trabalhar, o meu marido também, porque não arranjam trabalho? (Sra. Antónia)

5.1.3 Perceção dos ciganos sobre os direitos e deveres de solidariedade

A perceção de solidariedade de um grupo para o outro não está esclarecida nos ciganos. Aparentemente, para eles não é importante saber de onde vem o dinheiro desde que venha porque “é um direito que têm”. Alguns beneficiários não conhecem o circuito do dinheiro do RSI. Como se pode ver nos exemplos seguintes,

Eu acho que é da Europeia, 'né'? 'Na' sei, 'ê' 'tamém' 'na' sei, 'na' sei. (Sr. Saraiva)

Entrevistadora - E o Sr. Reis sabe de onde é que vem o RSI, o dinheiro?

Sr. Reis - Sei lá 'donde' ele vem (risos) há-de vir de Lisboa 'práqui' (risos)

Entrevistadora - Não faz ideia de onde é que vem mesmo?

Sr. Reis - Não, sei lá, será das pessoas que tão a descontar ou quê, não? É isso? Eu 'tamém' já tenho 'ouvisto' as pessoas dizer assim, mas eu ... diz que a pessoa que trabalha que 'tá' a descontar 'pós' outros...

5.2.A perspetiva dos técnicos sociais

5.2.1 Opiniões sobre o modo como os ciganos vivem o RSI

Para a maior parte dos técnicos sociais entrevistados, aos beneficiários ciganos apenas interessa a motivação económica, secundarizando as contrapartidas incluídas nos contratos de inserção.

(...) Se é perceptível para eles ou não, isso já é outra questão. Penso que na maior parte das vezes (...) o que eles pretendem é o lado pecuniário, nem tanto o lado que tenha a ver com o processo de integração, é mais o lado pecuniário. Portanto a partir do momento que se diga que sim, foi aceite o resto fica um bocadinho de lado, o que interessa é que o dinheiro venha ao fim do mês. (Dr. Orlando)

Alguns ciganos, por desconhecerem os objetivos de inserção desta medida, acham que vão receber o RSI durante muitos anos.

(...) Eles têm é a noção de que aquilo é contínuo e aí é que é complicado. (Dra. Mariana)

Por exemplo, achei engraçado veio-me dizer: «- Olha eu quero tirar o meu filho do agregado. Então mas porquê? Porque ele vai casar e depois quer requerer o RSI». É quase como se fosse uma prenda de casamento do Estado, ele ia casar, não ia trabalhar, mas ia receber o Rendimento Social de Inserção. (Dra. Teresa)

5.2.2 Perceção dos técnicos sobre o modo como a solidariedade social é vista pelos ciganos

Os próprios técnicos sociais, admitem que, muitas vezes, os objetivos da medida não são claramente explicados aos seus potenciais beneficiários, o que, de algum modo, impede que esta seja aplicada adequadamente.

Eu acho que nunca ninguém perdeu tempo para lhes explicar o que é que é o Rendimento Social de Inserção, de onde é que aparece e quais são os fundamentos do Rendimentos Social de Inserção (...). Parte-se do pressuposto de que «eles são ignorantes, que não estão muito interessados em saber, o que eles querem é receber portanto são uns malandros que querem é receber o final do mês». (Dra. Alberta)

(...) «-se o vizinho do lado recebe, eu também estou na mesma situação também tenho o direito de receber e o Estado é obrigado a dar-me», agora mas na maior parte dos casos eles não sabem de onde é que vem o dinheiro, não sabem que é dinheiro. (Dr. Orlando)

5.2.3 Perceção dos técnicos sobre o combate à pobreza e à exclusão dos ciganos através da atribuição do RSI

A luta contra a pobreza implica, em princípio, o apoio de toda a sociedade. No entanto, quando se analisa os impactos do RSI verifica-se que há poucas respostas por parte da sociedade no que diz respeito à inserção social e profissional dos beneficiários, principalmente dos beneficiários ciganos; mesmo quando todas as áreas de integração são trabalhadas através das ações previstas nos programas de inserção. Os obstáculos são variados: ou porque a sociedade exclui ou porque os beneficiários não têm competências escolares e profissionais. Enfim os casos de pobreza aumentam, os pedidos de apoio também e a fiscalização está mais rígida. Alguns técnicos assumem o pouco acompanhamento prestado às famílias, que se explica pelo elevado número de processos que têm de acompanhar.

O que acontece muitas vezes é que o acompanhamento que existe não é o acompanhamento que é realmente necessário, é insuficiente. (...) Atualmente, existe uma grande lacuna (...). Não existem respostas na comunidade. Existem algumas mas

não são as suficientes. O que acontece é que o Rendimento Social de Inserção pressupõe um núcleo local de inserção, esse núcleo local de inserção é constituído por vários parceiros onde as várias respostas que tens disponíveis para a inserção dos beneficiários. O que acontece é que não existem respostas, logo se não existem respostas, aí é um grande obstáculo para tu conseguires trabalhar a inserção, por muito que tu tentes. (Dra. Mariana)

O Rendimento Social de Inserção, como instrumento de combate à pobreza, tenta contribuir para a rutura do círculo vicioso da reprodução da pobreza através da atribuição de uma prestação pecuniária mensal e do desenvolvimento de ações nas diversas áreas. O acesso à educação e a aquisição de competências para a inserção profissional são as áreas mais trabalhadas num processo de inserção de RSI. É, por isso, com grande satisfação que os técnicos reconhecem o esforço efetuado por alguns beneficiários ciganos no decorrer do seu processo de inserção social.

(...) Se conseguir trabalhar uma família ou se conseguir que essa família se autonomize positivamente e que não volte a cair naquele ciclo da pobreza para mim o balanço é positivo(...) Eu acho que vale a pena porque o RSI permite mudar mentalidades e trabalhar os vários ciclos de pobreza (...) mas há ali qualquer coisa que fica sempre (...) (Dra. Teresa)

6. Considerações finais

O controlo dos profissionais que acompanham os beneficiários caminha a par do controlo e da fiscalização endógena, ou seja, no seio do grupo ou dos vizinhos muitas vezes denuncia-se os que desrespeitam as regras do RSI ou os que mostram sinais de riqueza. Estes episódios foram muitas vezes relatados nas conversas entre vizinhos. O reforço da fiscalização da utilização da medida é defendida por muitos beneficiários ciganos porque sentem as injustiças praticadas por outros beneficiários e algumas vezes perpetuadas pelos técnicos de acompanhamento.

Perante tais factos, pode afirmar-se que a medida poderia ter sido melhor conduzida desde a sua criação. A transferência de dinheiros públicos para famílias pobres carece de uma forte fiscalização e acompanhamento para promover uma boa gestão do subsídio e para, progressivamente, se combater a reprodução da pobreza.

A importância económica atribuída ao RSI pelos beneficiários ciganos é imensa pois “apesar de ser pouco”, é um rendimento “seguro”. Na realidade, é impensável para alguém viver com 189€ (valor por titular) para satisfazer as necessidades básicas de um ser humano. Com efeito, todos os beneficiários ciganos afirmaram que o valor que lhes é atribuído não é o suficiente para colmatar as despesas e que fazem tudo para conseguir garantir a alimentação familiar. Por outro lado, pretendem ter uma vida como qualquer outro cidadão. Segundo alguns relatos, não conseguem sequer frequentar um café sem serem criticados.

Para finalizar, é importante a necessidade de um diálogo mais verdadeiro entre ciganos e não ciganos para combater as assimetrias entre os grupos, incluindo os profissionais. Por exemplo, a criação e constituição de uma associação cigana no Concelho permitiria certamente mobilizar os vários grupos de ciganos e proporcionar um espaço de reflexão e debate sobre as questões que preocupam este grupo.

Este artigo foi parcialmente financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Referências bibliográficas:

- Bastos, José Gabriel Pereira (2007). *Sintrenses Ciganos. Uma abordagem estrutural – dinâmica*. Sintra: Camara Municipal de Sintra. Divisão de Saúde e Ação social.
- Branco, Francisco (2003). Os ciganos e o RMG: direitos sociais e direitos à diferença. *Revista de Intervenção Social*, 27,119-139.
- Europe Roma Rights Centre & Númena – Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas (2007). *Os serviços sociais ao serviço da inclusão social. O caso dos ciganos*. Budapeste:ERRC/Númera.
- Instituto da Segurança Social (2010) *Guia Prático – Rendimento Social de Inserção*. Lisboa.
- Marques, João Filipe (2007). *Do não racismo português aos dois racismos dos portugueses*, Lisboa: Alto Comissariado para o Diálogo Intercultural, Col Teses 12.
- Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2002), *Avaliação de impactes do rendimento mínimo garantido. Caracterização dos perfis dos beneficiários RMG. Minorias étnicas*. Instituto para o Desenvolvimento Social. Lisboa: Coleção Estudos.
- Rodrigues, Eduardo (2010). *Escassos Caminhos. Os Processos de Imobilização Social dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa, Liliana; Hespanha, Pedro; Rodrigues, Sofia; e Grilo, Patrícia, (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi Editores. Col. Sistemas, famílias e terapias, 11.